

CPRT

COMISSÃO DE POLÍTICA
DE RELAÇÕES TRABALHISTAS

RADAR TRABALHISTA

Informativo da Comissão de Política de Relações Trabalhistas - CPRT/CBIC

Ano 6 – Número 0317 – 21/08 à 25/08/2023

SUMÁRIO

- Destaque da Semana
 - Notícias do Judiciário (Tribunais Superiores)
 - Notícias do Executivo
 - Notícias do Ministério Público do Trabalho
 - Notícias do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho
 - e-Social
 - Outras Notícias
 - Atos Normativos
 - Dados estatísticos de Fiscalização
-

Destaque da Semana

Sem participação de sindicato, demissão em massa é invalidada e empregada será reintegrada

Tribunal Superior do Trabalho - 24/08/2023

A Terceira Turma do Tribunal Superior do Trabalho rejeitou o exame de recurso do Serviço Social do Comércio no Rio de Janeiro (Sesc-RJ) contra a reintegração de uma empregada desligada juntamente com outras 683 pessoas. Para o colegiado, a dispensa em massa tem um efeito social grave e, para ser válida, exige a participação da entidade sindical.

Demissão

A empregada ajuizou reclamação trabalhista relatando que, entre janeiro de 2016 e julho de 2017, o Sesc-RJ havia feito um grande número de demissões de maneira ilegal, sem nenhum critério, comunicação prévia ou participação do sindicato da categoria.

Crise econômica

O Sesc se defendeu alegando que não havia ilegalidade no ato de dispensa, ressaltando que as demissões foram necessárias para reestruturação das suas contas, diante da crise econômica que atingiu o país.

Notícias do Judiciário (Tribunais Superiores)

[Mineradora é condenada por adotar anotação invariável de ponto](#)

Tribunal Superior do Trabalho - 25/08/2023

A Terceira Turma do Tribunal Superior do Trabalho acolheu recurso do Ministério Público do Trabalho (MPT) e condenou a Morro Verde Participações S.A., de Xinguara (PA), por danos morais coletivos. Conforme apurado, a empresa descumpria de forma reiterada normas que tratam do controle de jornada, com a chamada anotação “britânica” (ou invariável) dos cartões de ponto. Para o colegiado, a conduta representa fraude aos direitos sociais do trabalho.

[Brasileira tem direito a adicional de transferência de período em que morou em Angola](#)

Tribunal Superior do Trabalho - 24/08/2023

A Quarta Turma do Tribunal Superior do Trabalho condenou a Ambipar Participações e Empreendimentos S.A., de São Paulo (SP), a pagar o adicional de transferência a uma gerente que, durante dois anos, prestou serviços em Angola. O pedido havia sido negado anteriormente porque a funcionária acabou fixando residência no país africano. Para o colegiado, no caso de contratação no Brasil para prestar serviço no exterior, é irrelevante examinar se a transferência é temporária ou definitiva.

[Presidente do TST e do CSJT reitera defesa do trabalho decente para jovens](#)

Tribunal Superior do Trabalho - 23/08/2023

O presidente do Tribunal Superior do Trabalho (TST), ministro Lelio Bentes Corrêa, defendeu, nesta terça-feira (22), o acesso da juventude ao trabalho decente e à proteção social. O ministro fez a palestra de abertura do seminário “Programa Novos Caminhos completa 10 anos transformando vidas”, realizado pelo Tribunal de Justiça

de Santa Catarina (TJSC), em Florianópolis.

[STF invalida mudanças da Reforma Trabalhista que aumentavam exigência para edição de súmulas](#)

Tribunal Superior do Trabalho - 22/08/2023

O Supremo Tribunal Federal (STF) invalidou dispositivos da Reforma Trabalhista (Lei 13467/2017) que exigiam quórum de 2/3 para que os Tribunais Regionais do Trabalho (TRTs) e o Tribunal Superior do Trabalho aprovassem ou revisassem súmulas e estabelecessem regras procedimentais e balizas para sua uniformização jurisprudencial. A decisão, por maioria, se no julgamento da Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 6188.

[Sindicato consegue interromper prazo para ajuizar ação sobre contribuição sindical](#)

Tribunal Superior do Trabalho - 22/08/2023

A Terceira Turma do Tribunal Superior do Trabalho reformou decisão que havia impedido que o Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Material Elétrico de São Paulo e Mogi das Cruzes pudesse, ao ajuizar ação de produção antecipada de provas contra a Electrolux do Brasil, pedir também a interrupção do prazo prescricional de sua pretensão de cobrar da empresa repasses da contribuição sindical. Segundo o colegiado, a própria ação de produção de provas é medida preparatória de outra ação e, portanto, já interrompe a prescrição.

[Administradora será indenizada por vazamento de informações depreciativas](#)

Tribunal Superior do Trabalho - 22/08/2023

A Segunda Turma do Tribunal Superior do Trabalho rejeitou o exame do recurso do Serviço Social da Indústria no Espírito Santo (Sesi-ES) contra decisão que o condenou a indenizar uma administradora que teve sua avaliação de desempenho divulgada de forma negativa, após vazamento de e-mail.

[Intervalo intrajornada de portuário não pode ser concedido no fim do expediente](#)

Tribunal Superior do Trabalho - 21/08/2023

A Terceira Turma do Tribunal Superior do Trabalho considerou inválida a norma coletiva de trabalhadores portuários que previa a concessão do intervalo intrajornada no fim do expediente. Segundo o colegiado, o intervalo visa à recuperação das energias durante a prestação dos serviços e, por isso, sua concessão ao término da jornada desvirtua a sua finalidade e equivale à sua supressão.

[Empresa de navio de cruzeiros terá de indenizar camareira por exigir teste de HIV para admissão](#)

Tribunal Superior do Trabalho - 21/08/2023

A Costa Cruzeiros Agência Marítima e Turismo Ltda., sediada em São Paulo (SP), terá de indenizar em R\$ 5 mil uma camareira que, para ser admitida no emprego, teve de realizar teste de HIV. A decisão é da Primeira Turma do Tribunal Superior do Trabalho, que considerou a exigência discriminatória.

Notícias do Executivo

[Fundo de Amparo ao Trabalhador obteve saldo positivo de R\\$ 1,06 bilhão em 2022](#)

Ministério do Trabalho e Emprego - 24/08/2023

O ministro do Trabalho e Emprego, Luiz Marinho, presidiu nesta terça-feira (23), reunião ordinária do Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador que aprovou a prestação de contas do FAT em 2022. O Fundo, responsável pelo pagamento do Seguro-Desemprego e Abono Salarial aos trabalhadores, teve um resultado positivo de R\$1,06 bilhão no ano passado, obtendo uma receita de R\$ 91,6 bilhões - proveniente de R\$ 61,6 bilhões da arrecadação de R\$ 79,2 bilhões da contribuição PIS/PASEP, já retirado a dedução para gastos previdenciário (R\$ 17,6 bilhões) e outras receitas de empréstimos e repasses - contra uma despesa que alcançou R\$ 90,2 bilhões, utilizados para pagamentos de obrigações do Seguro Desemprego (R\$ 42,1 bilhões) e Abono Salarial (R\$ 24 bilhões), além de outras despesas com atendimento e qualificação de trabalhadores e o repasse de R\$ 23.8 bilhões ao BNDES.

[MTE celebra o cadastro de cerca de 1 milhão de pessoas na Escola do Trabalhador 4.0](#)

Ministério do Trabalho e Emprego - 23/08/2023

O ministro do Trabalho e Emprego, Luiz Marinho, e o ministro das Comunicações, Juscelino Filho, se reuniram, nesta quarta-feira (23), com a vice presidente corporativa e líder Global da Microsoft Philanthropies, Kate Behncken. O encontro celebrou a marca de cerca de 1 milhão de cadastramentos na plataforma Escola do Trabalhador 4.0, uma iniciativa do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), em parceria com a Microsoft, que tem o objetivo de oferecer treinamentos em habilidades digitais para aprimorar a empregabilidade de brasileiros em todos os estados do país.

[CRPS abre seleção para conselheiros](#)

Ministério da Previdência Social - 25/08/2023

O Conselho de Recursos da Previdência Social (CRPS) abriu processo seletivo para preenchimento de 305 vagas de conselheiros. O [Edital nº 4/CRPS](#) e [nº 5/CRPS](#) foram publicados nesta sexta-feira (25) no Diário Oficial da União. Dentre as vagas, 80 são destinadas para conselheiros representantes dos trabalhadores, 89 para representantes das empresas e 136 para representantes do Governo. As inscrições devem ser feitas em até 30 dias, contados da publicação dos editais.

[Segurados com perícia marcada podem enviar atestado e ter benefício concedido mais rápido](#)

Ministério da Previdência Social - 23/08/2023

Os segurados do INSS que já estão com perícias médicas agendadas podem solicitar o benefício por incapacidade (antigo auxílio-doença) por meio de análise documental - o Atestmed e ter o benefício concedido mais rápido. A data de entrada do requerimento inicial será mantida e a data previamente agendada para a perícia será mantida em caso de não conformação e indicação de perícia presencial. Não há limitação territorial ou prazo mínimo de espera por agendamento de perícia. Qualquer segurado pode pedir.

[Previdência Social coloca atendimento presencial e humanizado nas agências do INSS como prioridade estratégica](#)

Ministério da Previdência Social - 22/08/2023

O Ministério da Previdência Social colocou o atendimento presencial e humanizado nas agências do INSS como prioridade estratégica. A nova política foi referendada pelo ministro Carlos Lupi durante a Oficina de Definição Estratégica da autarquia federal, que foi realizada nesta terça-feira (22), no formato híbrido.

Notícias do Ministério Público do Trabalho

[MPT ministra palestra sobre assédio e direito à desconexão](#)

Ministério Público do Trabalho - 22/08/2023

O evento I SOMAR - Conferência de Desenvolvimento e Networking, organizado pela SOMA (Saúde e Segurança Ocupacional em Maceió), reuniu palestrantes para conversar sobre temas relacionados ao ambiente laboral. Na ocasião, o procurador Rodrigo Alencar, do Ministério Público do Trabalho em Alagoas (MPT/AL), debateu sobre assédio e direito de desconexão, tendo como público-alvo os empregadores.

[MPT compartilha experiência no combate ao assédio eleitoral com outras instituições](#)

Ministério Público do Trabalho - 22/08/2023

A atuação do Ministério Público do Trabalho (MPT) durante as eleições de 2022, quando foram registradas 3.505 denúncias de assédio eleitoral, fizeram da instituição referência no combate ao crime. Para garantir o livre exercício do voto pelos trabalhadores, o MPT denunciou cerca de 2,5 mil empresas e instituições públicas, firmou 487 termos de ajustamento de conduta, ajuizou 93 ações judiciais e fez 1.498 recomendações. Para ampliar o combate e implementar ações preventivas ao assédio, o MPT compartilha a experiência adquirida com diversas outras instituições, de diferentes esferas administrativas.

Notícias do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho

[Comissão de Trabalho aprova projeto que exige divulgação nas empresas de campanhas contra HPV e câncer](#)

Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho - 24/08/2023

A Comissão de Trabalho da Câmara dos Deputados aprovou, no dia 16 de agosto, um projeto que insere dispositivos na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) a fim de obrigar empresas com dez ou mais empregados a disponibilizarem a seus funcionários informações sobre campanhas oficiais de vacinação, sobre o papilomavírus humano (HPV) e sobre os cânceres de mama, de colo do útero e de próstata.

[Paim avalia projeto que faz reserva para contratar resgatados de trabalho escravo](#)

Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho - 23/08/2023

O senador Paulo Paim (PT-RS) destacou, em pronunciamento no Plenário nesta segunda-feira, 21 de agosto, que a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) aprovou projeto que estabelece que os editais de licitação podem prever um percentual mínimo para contratar pessoas retiradas de situação análoga à de escravo ([PL 789/2023](#)). O parlamentar, que foi relator da matéria, afirmou que o texto “contribui para a inserção de pessoas na sociedade com dignidade e respeito”. A proposta é de autoria da senadora Augusta Brito (PT-CE) e foi enviada para a Comissão de Constituição e Justiça (CCJ).

Outras Notícias

[Jurisdição voluntária trabalhista amadurece, apesar de resistência](#)

Consultor Jurídico - 26/08/2023

A reforma trabalhista de 2017 apresentou a jurisdição voluntária como alternativa a disputas judiciais. Trata-se de procedimento formal para a homologação judicial de acordos, negociados entre trabalhadores e empregadores, ambos necessariamente assistidos por advogados, que admite a quitação geral de direitos.

[Empresa deve indenizar empregada por não tomar medidas para conter Covid-19](#)

Consultor Jurídico - 26/08/2023

A Lei 13.979/2020 tornou obrigatório, para o empregador, o fornecimento de máscara de proteção e instrumento para higienização das mãos nos ambientes que funcionaram durante o estado de calamidade pública provocado pela Covid-19. Assim, a 14ª Turma do Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região (Grande São Paulo e litoral paulista) condenou uma empresa a indenizar em R\$ 3 mil uma auxiliar de limpeza devido à falta de implementação de providências para o combate à disseminação da doença durante a crise sanitária.

[Não é papel do MPT fiscalizar procedimentos eleitorais sindicais](#)

Consultor Jurídico - 25/08/2023

Esse entendimento ministerial foi aprovado na 34ª Reunião Nacional da Conalis (Coordenadoria Nacional de Promoção da Liberdade Sindical), em 22 e 23 de junho de 2022, tendo como base o princípio da autonomia privada coletiva, resultando na publicação da Orientação nº 19 da Conalis/MPT.

[A licença-paternidade e a necessidade da promoção da igualdade de gênero](#)

Consultor Jurídico - 25/08/2023

No Brasil, a despeito do passar do tempo e da mudança do modelo familiar, o ordenamento jurídico não avançou para se moldar à realidade de maneira igualitária, no que diz respeito à licença-paternidade, que permanece bem distante do direito análogo concedido às mães. Fato é que o exíguo prazo de cinco dias para o gozo do direito do pai estar com seu filho recém-nascido não se compatibiliza mais com a realidade.

[Reclamação como instrumento estratégico da advocacia trabalhista](#)

Consultor Jurídico - 24/08/2023

Nos últimos tempos, algumas decisões decretadas na Justiça do Trabalho têm sido cassadas pelo STF, em sede de reclamação constitucional, de modo que esse instrumento processual vem ganhando cada vez mais destaque e relevância no universo jurídico.

[Nova lei permite que partes se retirem de audiência trabalhista em caso de atraso](#)

Consultor Jurídico - 24/08/2023

Foi publicada, nesta quinta-feira (24/8), a Lei 14.657/2023, que autoriza as partes e os advogados a se retirar em caso de atraso injustificado do início de audiência na Justiça do Trabalho. A alteração foi incluída pela lei no artigo 815 da CLT. Conforme o texto, a tolerância do atraso é de trinta minutos.

[A Justiça do Trabalho ignora o STF? Ou o STF ignora o Direito do Trabalho?](#)

Consultor Jurídico - 24/08/2023

No último dia 13 de agosto, a Folha de S.Paulo publicou uma reportagem intitulada “Justiça do Trabalho ignora STF, e ministros veem afronta à Corte”. O texto afirmava que juízes do Trabalho “defendem a carteira assinada”, enquanto ministros do Supremo “derrubam decisões nos temas da terceirização, pejetização e uberização”, e que tais ministros estariam “enfizados” com a Justiça do Trabalho. Afirma-se, ainda, que a Justiça do Trabalho estaria a “ignorar precedentes da corte de cumprimento obrigatório em casos que envolvem médicos, advogados, corretores de imóveis, além de franqueados e motoristas de aplicativo”.

[Ação de produção de provas interrompe prazo prescricional](#)

Consultor Jurídico - 22/08/2023

A ação de produção de provas é medida preparatória para outra ação, pois visa ao acesso a documentos que serão usados no processo posterior. Dessa maneira, ela interrompe a prescrição. Com esse entendimento, a 3ª Turma do Tribunal Superior do Trabalho autorizou um sindicato, ao ajuizar ação de produção antecipada de provas, a pedir a interrupção do prazo prescricional de sua pretensão de cobrar de uma empresa repasses da contribuição sindical.

[Empresa é condenada por demora para adequar nome social de empregada](#)

Migalhas - 27/08/2023

A 9ª turma do TRT da 4ª região determinou o pagamento de indenização por danos morais a uma atendente de uma empresa de tecnologia que comprovou a demora da empresa na adequação de documentos e do sistema ao nome social. Os desembargadores reformaram a sentença do juízo da 9ª vara do Trabalho de Porto Alegre/RS, e entenderam que, “a omissão temporária ou demora da empregadora na atualização dos seus sistemas com o nome social da trabalhadora, resultando em episódios de inegável constrangimento e sofrimento, é passível de responsabilização civil”. A indenização foi fixada em R\$ 5 mil.

[Empresa deve manter convênio de ex-funcionário desligado há dois anos](#)

Migalhas - 26/08/2023

Empregadora deve manter plano de saúde e fornecimento de medicação a ex-funcionário desligado há dois anos que está em tratamento contra fibrose. Decisão da 4ª câmara de Direito Privado do TJ/SP, considerou o [Tema 1.082](#) do STJ, que assegura a continuidade do tratamento para os associados em pleno tratamento.

[OIT, OIM, Senai e parceiros lançam iniciativa para promover a empregabilidade e inclusão socioeconômica de jovens migrantes no Distrito Federal](#)

Organização Internacional do Trabalho - 24/08/2023

A Organização Internacional do Trabalho (OIT), a Agência da ONU para as Migrações (OIM), o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial do Distrito Federal (SENAI-DF)

e o Ministério Público do Trabalho (MPT) lançaram nessa segunda-feira (21) o Programa de Aprendizagem Profissional Inclusiva (API) voltado à juventude migrante do Distrito Federal. A iniciativa busca ajudar esse público jovem na transição da escola para o ingresso no primeiro trabalho formal, promovendo a sua empregabilidade e inclusão socioeconômica e evitando o trabalho infantil e condições degradantes de trabalho.

[Argentina, Brasil, Honduras, Paraguai e Peru trocam experiências de iniciativas para erradicação do trabalho infantil e forçado na América Latina e Caribe](#)

Organização Internacional do Trabalho - 22/08/2023

Nos dias 22 e 23 de agosto, especialistas e representantes de governos e de organizações de trabalhadores e de empregadores do Brasil, Argentina, Honduras, Paraguai e Peru se reúnem em Brasília para um intercâmbio de experiências, conhecimentos e boas práticas para a erradicação do trabalho forçado e trabalho infantil nos cinco países.

[A inteligência artificial generativa deve complementar empregos, em vez de destruí-los](#)

Organização Internacional do Trabalho - 21/08/2023

Um novo estudo da Organização Internacional do Trabalho (OIT) concluiu que a Inteligência Artificial Generativa (IA) tem mais probabilidades de complementar empregos do que de destruí-los, automatizando algumas tarefas em vez de substituir totalmente as funções.

[Seconci Brasil completa 12 anos de atividade em prol da saúde do trabalhador](#)

Câmara Brasileira da Indústria da Construção - 25/08/2023

Instituída em 2011, a Associação Seconci-Brasil comemora neste mês de agosto 12 anos de atividade somando Seconcis em 29 municípios de 10 estados brasileiros, o que permite o alcance de cerca de 630 mil trabalhadores e seus familiares nessas localidades.

[Senado aprova aumento do salário mínimo para R\\$ 1.320](#)

Câmara Brasileira da Indústria da Construção - 24/08/2023

O Plenário do Senado Federal aprovou nesta quinta-feira (24) a medida provisória que aumentou o salário mínimo para R\$ 1.320 e cria política de valorização do salário mínimo e amplia a faixa de isenção da tabela do IRPF), em votação simbólica, na forma do substitutivo aprovado na Câmara dos Deputados. O texto da MP 1.172/2023 segue para sanção presidencial.

[Saiba mais sobre os treinamentos específicos da construção](#)

Câmara Brasileira da Indústria da Construção - 23/08/2023

Além dos aspectos descritos na Norma Regulamentadora – 18 (NR-18), referente aos treinamentos específicos da construção, é importante destacar os itens da NR-01, que estabelecem a obrigatoriedade de o empregador promover a capacitação e o treinamento dos trabalhadores, em conformidade com o disposto nas NRs aplicáveis.

[Governo regulamenta implementação e operacionalização do FGTS Digital](#)

Câmara Brasileira da Indústria da Construção - 22/08/2023

A [Portaria nº 3.211/ 2023](#) do Ministério do Trabalho e Emprego regulamenta a implementação e a operacionalização do sistema FGTS Digital, que substituirá o atual envio de informações do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) dos empregados pelas empresas, atualmente realizado pelo sistema Conectividade Social/Caixa.

[O dano morte decorrente do acidente de trabalho e seus desdobramentos atuais](#)

Megajurídico - 24/08/2023

As recentes decisões do STF a respeito das Ações Diretas de Inconstitucionalidade de nº 6050, 6069 e 6082, trazidas à análise do excelso tribunal por impulso de ação coletiva movida em favor dos trabalhadores vitimados pelo desastre de Brumadinho, nos trouxe uma maior clareza acerca do reconhecimento do chamado “Dano Morte” no tocante aos acidentes de trabalho.

[Contribuição sindical deve ser decidida em assembleia, diz Marinho](#)

Poder360 - 24/08/2023

O ministro Luiz Marinho (Trabalho e Emprego) disse na 4ª feira (23.ago.2023) que, se aprovada a proposta, o chamando imposto sindical não será de obrigatório, desde que isso seja previamente acordado entre trabalhadores e empregadores em assembleia. Segundo Marinho, um projeto de lei deve ser encaminhado ao Congresso em até 15 dias.

[Entenda o que está em discussão sobre o retorno do Imposto Sindical](#)

JOTA - 22/08/2023

Com a obrigatoriedade extinta em 2017 com a reforma trabalhista implementada no governo do ex-presidente Michel Temer, a contribuição sindical voltou ao centro do debate no Ministério do Trabalho nos últimos meses. O tema ganhou repercussão pública após a divulgação de uma minuta de projeto de lei editada por centrais sindicais e entregue ao ministro Luiz Marinho.

Atos Normativos

[RESOLUÇÃO CNPS/MPS Nº 1.356, DE 17 DE AGOSTO DE 2023](#) (DOU de 21/08/2023 Seção I Pág. 107) - Recomenda que o Instituto Nacional do Seguro Social - INSS fixe o teto máximo de juros ao mês, para as operações de empréstimo consignado em benefício previdenciário, em um inteiro e noventa e um centésimos por cento (1,91%) e, para as operações realizadas por meio de cartão de crédito e cartão consignado de benefício, em dois inteiros e oitenta e três centésimos por cento (2,83%);

[PORTARIA MTE Nº 3.222, DE 21 DE AGOSTO DE 2023](#) (DOU de 23/08/2023 Seção I Pág. 87) - Institui o Programa Manuel Querino de Qualificação Social e Profissional - PMQ voltado ao desenvolvimento de ações de qualificação social e profissional a jovens e trabalhadores, de forma a contribuir com a formação geral, acesso e permanência no mundo do trabalho;

[LEI Nº 14.657, DE 23 DE AGOSTO DE 2023](#) (DOU de 24/08/2023 Seção I Pág. 07) - Altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para permitir que as partes e os advogados se retirem em caso de atraso injustificado do início de audiência;

[RESOLUÇÃO CODEFAT Nº 977, DE 23 DE AGOSTO DE 2023](#) (DOU de 25/08/2023 Seção I Pág. 157) - Aprova a Prestação de Contas do FAT, relativa ao exercício de 2022;

[RESOLUÇÃO CODEFAT Nº 979, DE 23 DE AGOSTO DE 2023](#) (DOU de 25/08/2023 Seção I Pág. 157) - Dispõe sobre normas relativas à identificação, processamento e pagamento do Abono Salarial, nos termos da Lei nº 7.998, de 11 de janeiro de 1990;

[RESOLUÇÃO CODEFAT Nº 980, DE 23 DE AGOSTO DE 2023](#) (DOU de 25/08/2023 Seção I Pág. 158) - Dispõe sobre a ampliação do benefício do Seguro-Desemprego aos

trabalhadores dos municípios do Estado do Rio Grande do Sul em situação de emergência ou calamidade pública, declaradas em decorrência dos temporais provocados pela passagem de ciclone extratropical;

[RESOLUÇÃO CODEFAT N° 981, DE 23 DE AGOSTO DE 2023](#) (DOU de 25/08/2023 Seção I Pág. 158) - Aprova a distribuição de recursos para o exercício de 2023 entre as modalidades no âmbito do Programa Brasileiro de Qualificação Social e Profissional - QUALIFICA BRASIL;

[RESOLUÇÃO CODEFAT N° 982, DE 23 DE AGOSTO DE 2023](#) (DOU de 25/08/2023 Seção I Pág. 158) - Institui Grupo de Trabalho Especial com o objetivo de avaliar metodologias de aferição de empregos resultantes das aplicações financeiras do Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT;

[RESOLUÇÃO CODEFAT N° 984, DE 23 DE AGOSTO DE 2023](#) (DOU de 25/08/2023 Seção I Pág. 159) - Dispõe sobre o bloco de ações e serviços Assessoramento Estatístico no âmbito do Sistema Nacional de Emprego – SINE e estabelece os critérios para as respectivas transferências automáticas aos fundos do trabalho dos Estados, do Distrito Federal e Municípios, nos termos do art. 12 da Lei 13.667, de 17 de maio de 2018;

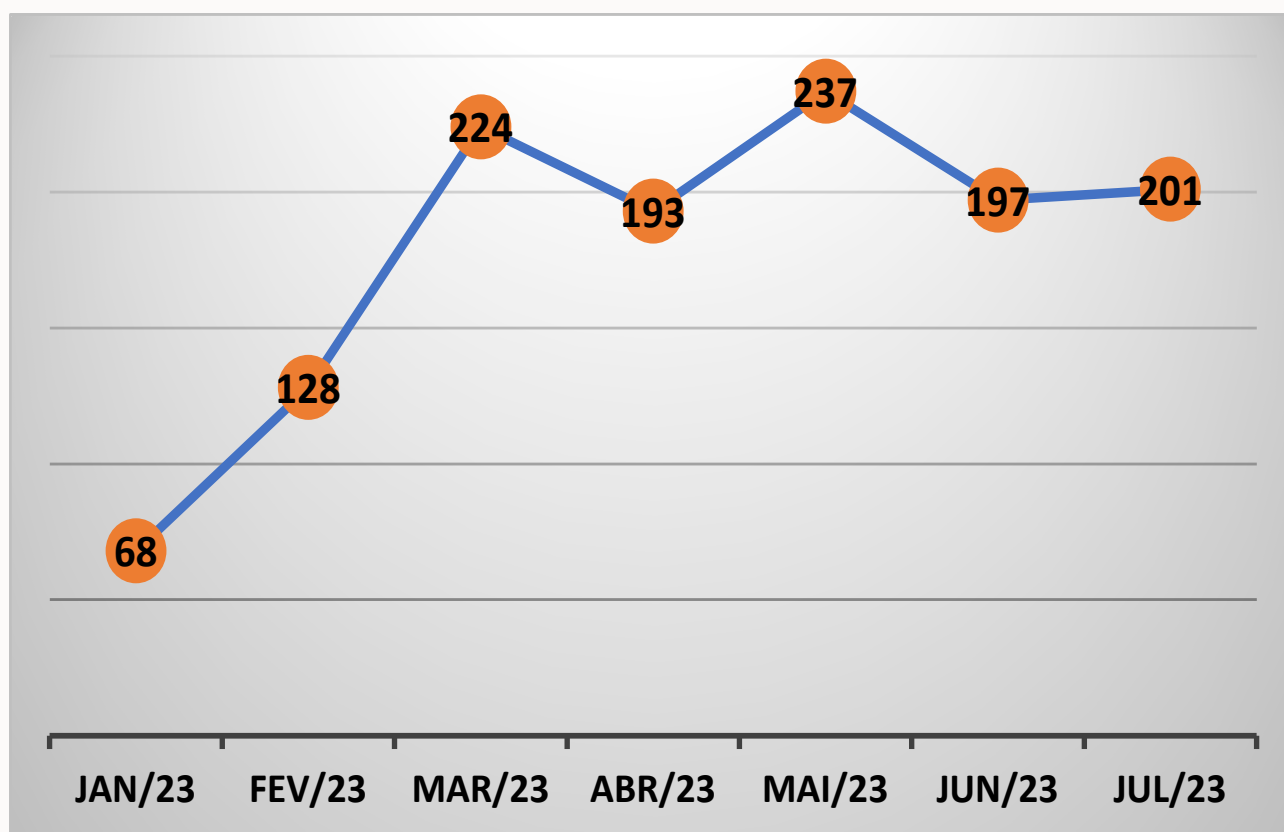
[RESOLUÇÃO CODEFAT N° 986, DE 23 DE AGOSTO DE 2023](#) (DOU de 25/08/2023 Seção I Pág. 159) - Institui Grupo de Trabalho Especial – GTE com o objetivo de avaliar o Fundo de Aval para Geração de Emprego e Renda – FUNPROGER e alternativas de garantias para operações de crédito com recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT;

[EDITAL N° 4 CRPS/SEPREV/MMPS, DE 22 DE AGOSTO DE 2023](#) (DOU de 25/08/2023 Seção III Pág. 135) - Seleção de Conselheiros classista representantes das empresas e dos trabalhadores;

[PORTARIA N° 382, DE 25 DE AGOSTO DE 2023](#) (DOU de 25/08/2023 Seção I Extra Pág. 01) - Ficam suspensos os efeitos da Portaria n° 177, de 01 de agosto de 2023, publicada no Diário Oficial da União de 11 de agosto de 2013, Seção n° 1 que Aprova a Instrução Normativa Inmetro e os Requisitos de Avaliação da Conformidade para o Serviços Próprios de Inspeção de Equipamentos - Consolidado, até ulterior deliberação (suporte técnico ao atendimento da NR 13);

Dados estatísticos de Fiscalização

Quantidade de Autos de Infração lavrados por descumprimento da Norma Regulamentadora n.º 01 (NR 01) durante a fiscalização do Ministério do Trabalho e Emprego na Indústria da Construção (CNAEs 41, 42 e 43) no ano de 2023 (jan-jul):



Fonte: Radar SIT - Autuações

EXPI **EXPEDIENTE**

Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CBIC)

Renato de Sousa Correia

Presidente

Comissão de Política de Relações Trabalhistas (CPRT/CBIC)

Ricardo Dias Michelin

Presidente da CPRT

Gilmara Dezan

Gestora de Projetos e Assessora da CPRT

Queiroz Neto Advocacia & Políticas Públicas

Clovis Veloso de Queiroz Neto

Consultor CBIC e Responsável Técnico

Projeto Gráfico

Paulo Henrique Freitas de Paula